

Metodologia para levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação de praças no Brasil

Bruno Luiz Domingos De Angelis¹, Rosana Miranda de Castro²

Departamento de Agronomia da Universidade Estadual de Maringá, Brasil, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. e-mail: brucagen@uol.com.br

Generoso De Angelis Neto³

Departamento de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Maringá, Brasil

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia que permita levantar, cadastrar, diagnosticar e avaliar (quali-quantitativamente) as praças públicas, a partir de dois enfoques: a praça enquanto estrutura física, e a praça vista pela população local. Para atingir o objetivo colimado enfoca-se os seguintes aspectos: estudo do mobiliário, estruturas e similares, levantamento quali-quantitativo da vegetação, a inserção da praça na trama urbana, tipologia, estudo da toponímia e enquete de opinião.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer da História a praça tem sido um espaço onde fatos relevantes têm ocorrido. Na ágora, Sócrates fora colocado sob processo; no Fórum de Roma nasceu o Império homônimo; a Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética; na Plaza de Mayo, Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar; a Praça de Tiananmen⁴, em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989.

A sociedade, em constante mutação, tem conferido feições diversas às praças ao longo do tempo. Assim o é desde a ágora onde, segundo Saldanha (1993), mais do que praça de mercado ela era o espaço central e vital, tornado historicamente símbolo da presença do povo na atividade política. Centro dinâmico da cidade grega, a ágora é a antecessora remota de nossas praças. Munford (1982), entende que a função social do espaço aberto persistiu nos países latinos - *plaza*, campo, *piazza*, *grand-place* - descendendo diretamente da ágora. De acordo com Benevolo (1993), as praças do mundo islâmico eram espaços abertos, e o centro comercial - *majdan* - não é uma praça, tratando-se de um conjunto de ruas com essa função específica. As grandes cidades da China e do Japão antigos também não tinham praças

¹ Engenheiro Agrônomo, Professor Doutor

² Engenheira Agrônoma, Mestranda em Agronomia

³ Engenheiro Civil, Professor Doutor

⁴ Conhecida como Praça da Paz Celestial, pode ser grafada também como T'ien-Na-Men.

públicas; a célebre Tiananmen de Pequim é uma criação recente. *Plaza Mayor* e *Plaza de Armas* são “invenções” hispânicas, onde a primeira se constitui no elemento central da *urbe*, assumindo diversas funções ao longo do tempo: mercado, torneios, touradas, jogos, representações teatrais e prática da justiça. A praça das armas, de acordo com Rigotti (1956) e Velasco (1971), assume duas formas bastante distintas: aquela de verdadeira praça urbana, e aquela situada extramuros da *poli*, próxima aos alojamentos militares, onde se realizavam exercícios e artes de guerra. É a partir do Renascimento que a praça se insere em definitivo na estrutura urbana, sendo que aquelas estruturas - o largo do mercado, o adro fronteiro à igreja e outros espaços vazios - existentes nas cidades medievais não são ainda verdadeiras praças. Para Matas Colom et al. (1983), é no Renascimento que a praça se converte em um dos principais elementos urbanísticos para transformação e embelezamento das cidades; mais do que valor funcional, a praça adquire valor político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. As praças que antecederam o modernismo tinham uma função endógena e estavam submetidas a um edifício (sagrado como a igreja; espaço cívico anexo a um edifício municipal; propriedade de um palácio) ou identificada com um uso específico (mercado). Favole (1995) vê a praça contemporânea como um espaço que não tem uma função específica, nem depende de um edifício ou de um monumento. Sua finalidade é a de se constituir em um lugar atrativo de encontro e reunião.

Quanto às funções das praças, têm-se que diferentes autores exprimem-nas das formas as mais diversas, indo do romantismo à praticidade. Segundo Webb (1990), microcosmos da vida urbana, as praças oferecem excitação e descanso, comércio e cerimônias públicas, um lugar para encontrar amigos e ver o mundo passar. Para Lamas (1993), a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias, a praça, segundo Caseti e Lietti (1995), é considerada como o âmbito da visibilidade, onde aparecer significa existir na qualidade de ator social. De forma concisa, Spirn (1995) exprime o caráter das praças: lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política. Por sua vez, Placanica (1995, p.55) afirma que a praça contemporânea é a antítese,

[...] a negação de uma praça, visto que essa, nascida como lugar essencialíssimo de encontro - físico, econômico, ideal, cultural - [...]foi reduzida a depósito de realidade embaraçada, inanimada e inalterada; local de passagem absolutamente efêmero, no qual é impossível permanecer, e menos ainda reunir-se.

2. A PRAÇA NO BRASIL

De acordo com Robba e Macedo (2002), a praça brasileira como figura urbana é praticamente desconhecida em sua essência tanto por seus usuários como criadores, sejam eles arquitetos, engenheiros, técnicos diversos, curiosos e outros mais. Duas figuras se destacam no imaginário popular: de uma lado, a visão do jardim, e, do outro, a da praça de esportes, ambas bastante limitadas e pouco abrangentes.

Reis Filho (1968) registra que no Brasil a presença de praças e largos vem de longa data, remontando aos primeiros séculos da colonização e ocupando a posição de valorizadores do espaço com função organizacional. Sobre esses espaços recaíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao seu redor a arquitetura de maior apuro, já que eram pontos de concentração da população. Segundo Marx (1980) as praças no Brasil colônia estavam associadas aos adros das igrejas, servindo para reunião de pessoas e diversas atividades, não só religiosas como também as de

recreio, mercado, políticas e militares. Nesse contexto Robba e Macedo (2002, p. 16) afirma que “os espaços secos, que caracterizaram as *piazze* e *plazas* da Europa, no Brasil são chamados de largos, pátios ou terreiros, e o termo *praça* está normalmente associado a espaços ajardinados.

Um dos primeiros jardins públicos construídos no Brasil foi o Passeio Público do Rio de Janeiro. Suas obras foram iniciadas em 1779 por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos que incumbiu Valentim da Fonseca e Silva - o Mestre Valentim - de projetar um “jardim de prazer”, isto é, um jardim público, para servir à população da cidade (Terra, 1995). As preocupações de ordem higiênica o levaram a aterrar a lagoa existente (Lagoa Grande ou do Boqueirão da Ajuda), com o desmonte do Outeiro das Mangueiras. Embora destinado a um público restrito, será o primeiro jardim estruturado nas proximidades do contexto urbano. Inaugurado em 1783 teve sua própria história ligada a todo o decorrer do desenvolvimento da cidade. Pelos registros existentes constata-se que ele foi traçado nos moldes de um jardim francês, pois a idéia de perspectiva infinita, proporcionada pelo mar que chegava até seus limites, dava-lhe um ar de grandiosidade. O seu estado atual em muito assemelha-se à reforma realizada em meados do século XIX pelo botânico Auguste Marie François Glaziou, admitido por D. Pedro II para elaborar e supervisionar os Jardins Imperiais. Ocupado não só com a reforma do Passeio Público, mas também com o paisagismo da Quinta da Boa Vista e o Campo de Santana, Glaziou em pouco tempo imprimiu sua marca na cidade: canteiros de desenho oval cortados por lagos, pequenas cachoeiras e grutas de pedra. Além da edificação de jardins, dedicou-se também à criação de herbários, descobrindo muitas espécies e introduzindo plantas brasileiras nas praças e ruas. De acordo com Segawa (1996), o Passeio Público do Rio de Janeiro foi contemporâneo ao surgimento dos primeiros jardins públicos europeus na segunda metade do século XVIII, símbolos do pensamento iluminista a invocar algumas formas de sociabilidade nas quais a aristocracia e a burguesia encontravam um lugar comum. Até o ajardinamento do Campo de Santana (a partir de 1880), o Passeio Público foi, por quase um século, o único recinto com as características de local “para ver e para ser visto”.

Incontáveis são as praças existentes no Brasil, onde, com características próprias, confundem-se ora com áreas públicas ajardinadas ou canteiros centrais de avenidas gramados. Diferentemente das praças renascentistas e/ou daquelas medievais que permeiam as cidades européias, as praças brasileiras com perfis daquelas contam-se aos poucos: o Pátio do Colégio, em São Paulo; o Largo do Pelourinho, em Salvador; e o Pátio de São Pedro, no Recife.

Se nos pautarmos por um enfoque antropológico, não estaremos incorrendo em erro se afirmarmos que a praça no Brasil tem sua origem anterior à implantação do Passeio Público do Rio de Janeiro. Se considerarmos que os índios construía suas ocas alinhadas formando um círculo, cujo centro, vazio, era o local das reuniões, festas e ritos, então teremos aí o primeiro registro desses espaços em nosso país. Embora tais espaços não fossem nominados como praças, sua função, porém, as evoca. Sem dizer da centralidade, outra característica muito comum às praças e tão presente nas aldeias indígenas (tabas).

Há alguns anos era possível encontrar no Brasil interiorano, rural (o das pequenas cidades não contaminadas pela virulência da globalização, onde *shopping-centers*, quando muito, existiam no imaginário das pessoas) a “praça televisiva”. Esta se fazia presente a preencher o vazio das noites e ócio dos fins de semana. Televisiva porque aquele espaço comportava um monitor de TV que permitia à comunidade afluir à praça em busca de entretenimento. Sem dizer da avidez por um mundo novo que se descortinava e se materializava na forma de sons e imagens. É possível que ainda hoje, em algum “canto” perdido desse país, possamos encontrar uma “praça televisiva”.

Quando se busca a apreensão das praças no Brasil, uma imagem inicial se fixa com frequência recorrente: um espaço pobre e abandonado. Travestidas de estacionamentos ou cercadas por grades (tendência que se observa nos grandes centros urbanos), as praças sucumbem sob o peso de um urbanismo selvagem em detrimento do lazer e do interesse coletivo. Diante dessa realidade, rouba-se da população o seu espaço mais nobre. Essa por sua vez, a despeito de tudo quanto se criou e surgiu de alternativo para seu entretenimento, sequer protesta pelo espaço que se esvai. É a cumplicidade passiva da população que alimenta atitudes dos gestores públicos através de uma ação pautada pela especulação e pelo descaso com a “coisa pública” (De Angelis, 2000).

Constata-se, via de regra, que ditames políticos tornam-se norteadores de concepções que, necessária e exclusivamente, deveriam ser técnicas, a partir de leituras sociológicas. No Brasil esse comportamento tem se tornado norma, resultando em espaços que nem se coadunam com as reais necessidades dos seus usuários, nem se inserem na paisagem de forma harmônica. Verifica-se a ausência de critérios, da fase de elaboração do projeto à sua implantação. Não se atenta para o potencial da área, anseios da população lindeira, mobiliário mais adequado a cada caso, sua inserção na malha urbana, localização e distribuição, características do entorno e disponibilidade de recursos financeiros e humanos. Nesse contexto, De Angelis (2000) afirma que se desenvolvem projetos padrões e implantam-se praças seriadas, onde a criatividade não tem vez. A população e a configuração urbana não têm como prescindir do espaço público que é a praça. Se nos grandes centros habitados outras opções de lazer, ou mesmo outros logradouros públicos fazem-se presentes, é nas cidades interioranas e de menor porte que ela, a praça, revela toda simbologia da centralidade e do espírito comunitário.

3. METODOLOGIA

O estudo das praças ou de qualquer outro espaço público está inserido em um contexto maior que é o desenho urbano, apresentando-se como a forma mais adequada de tratar e encaminhar o processo de evolução e renovação dos fragmentos urbanos. O desenho urbano pressupõe, entre outros, conhecimento dos diferentes logradouros que formam a cidade. Em se tratando de praças, a abordagem deve se dar sobre os elementos construídos e não construídos, o que significa proceder análise do seu mobiliário e estruturas, sua tipologia, conformação, inserção na malha urbana, vegetação e toponímia. Esse conhecimento propicia um diagnóstico preciso sobre esses espaços, ao mesmo tempo que fornece subsídios para o planejamento da cidade como um todo. Nesse contexto, não há que se esquecer ainda da questão da vivência nas praças, aqui entendido como sendo as diferentes manifestações humanas e os diversos usos que se confere a esses espaços. A título de ilustração pode-se citar: o lazer, a violência, a economia (in) formal, a prostituição, entre outros. Analisar esses aspectos requer a concorrência de profissionais das mais diversas áreas (sociologia, antropologia, psicologia, economia,...). Nesse sentido é oportuno que ao se efetuar a avaliação das praças, considere-se também esses aspectos mencionados, de tal forma que se tenha um quadro real da situação dos logradouros; afinal, as praças são utilizadas pelos seres humanos para as mais diferentes atividades.

A metodologia que se propõe para o levantamento, cadastramento, diagnóstico e avaliação das praças está baseada em dois pontos fundamentais: estrutura física e uso. No primeiro caso far-se-a uso de levantamentos quantitativos (equipamentos e vegetação) e avaliação qualitativa. Para o segundo caso propõe-se uma enquete de opinião, a qual pode ser aplicada aos usuários e/ou não das praças, segundo o enfoque que se pretende com a pesquisa. Associado a esses dois pontos, e para um conhecimento mais amplo desses espaços, é

oportuno que se analise e se avalie: sua inserção na trama urbana, sua tipologia e se proceda ao estudo da toponímia.

Na seqüência apresenta-se de forma detalhada todo o procedimento metodológico abordado no presente tópico.

3.1. Estudo do mobiliário, estruturas e similares

O termo mobiliário urbano tem sua origem a partir da tradução literal do francês *mobilier urbain* ou do inglês *street furniture*. Segundo Creus (1997), a palavra mobiliário traduz a idéia de mobiliar ou decorar (do italiano *arredo urbano*; *arredare* = decorar) a cidade, o que, em seu entendimento é errado. Esse conceito provém de uma época do urbanismo classicista onde o mobiliário urbano vinha ao encontro de uma concepção de ornamentação e decoração, muitas vezes em detrimento da funcionalidade.

Para se estudar o mobiliário é preciso que se levante a existência dos mesmos. Nesse caso optou-se pela elaboração de duas fichas: uma que tem por objetivo levantar quantitativamente os equipamentos e estruturas das praças - ficha 1; e uma segunda que permite avaliar qualitativamente essas estruturas – ficha 2. A ficha 1, como o próprio nome sugere (levantamento quantitativo dos equipamentos e estruturas existentes), propõe levantar a existência ou não de equipamentos e estruturas, quantificá-los e, sempre que possível e necessário, determinar o material com o qual são confeccionados. A escolha das estruturas e equipamentos que compõem o presente levou em consideração o que de mais comum se encontra nas praças, podendo a relação apresentada ser acrescida ou subtraída. Outra informação que deve constar da ficha 1, aproveitando que se está coletando os dados *in loco*, é a forma geométrica da praça.

Ficha 1 - LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DOS EQUIPAMENTOS E ESTRUTURAS EXISTENTES

NOME DA PRAÇA: _____

LOCALIZAÇÃO: _____

FORMA GEOMÉTRICA:

QUADRANGULAR CIRCULAR RETANGULAR

OUTRA: _____

ÁREA: _____ m²

DATA DA AVALIAÇÃO: ____/____/____

EQUIPAMENTOS/ESTRUTURAS	SIM	NÃO	QUANTIDADE
1. Bancos - material:			
2. Iluminação: - alta() - baixa()			
3. Lixeiras			
4. Sanitários			
5. Telefone público			
6. Bebedouros			
7. Caminhos – material:			
8. Palco/coreto			
9. Obra de arte – qual:			
10. Espelho d'água/chafariz			
11 Estacionamento			
12. Ponto de ônibus			
13. Ponto de táxi			
14. Quadra esportiva			
15. Para prática de exercícios físicos			
16. Para terceira idade			
17. Parque infantil			

18. Banca de revista			
19. Quiosque de alimentação e/ou similar			
20. Identificação			
21. Edificação institucional			
22. Templo religioso			

A ficha 2 - avaliação qualitativa - objetiva avaliar o estado de conservação das estruturas e equipamentos existentes. Da mesma forma que a ficha anterior, optou-se por relacionar equipamentos de ocorrência mais comum. Todos os equipamentos listados devem ser avaliados por conceitos - péssimo, ruim, regular, bom e ótimo -, aos quais correspondem notas que variam numa escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro), conforme explicitado a seguir: 0 — | 0,5 √ péssimo; 0,5 —| 1,5 √ ruim; 1,5 —| 2,5 √ regular; 2,5 —| 3,5 √ bom; 3,5 —| 4,0 √ ótimo. Em qualquer situação, qualquer que seja um elemento a ser avaliado qualitativamente é preciso estabelecer, previamente, critérios claros e determinar parâmetros rígidos que irão nortear o trabalho. Em não sendo dessa forma, os objetos a serem avaliados sofrerão diferentes avaliações, seja em função do caráter subjetivo da questão, ou em função da influência pessoal do avaliador. Dessa forma, estabeleceu-se critérios que devem pautar a avaliação feita sobre cada um dos equipamentos arrolados na ficha 2, os quais são apresentados na seqüência.

- Bancos: estado de conservação; material empregado em sua confecção; conforto; locação ao longo dos caminhos - se recuados ou não; distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não; desenho; quantidade; distanciamento.
- Iluminação: alta ou baixa - em função da copa das árvores; tipo - poste, super poste, baliza, holofote; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípua.
- Lixeiras: tipo; quantidade; localização; funcionalidade; material empregado; conservação; distanciamento.
- Sanitários: condições de uso; conservação; quantidade.
- Telefone público: localização - na praça, próximo ou distante de; conservação.
- Bebedouros: tipo; quantidade; condições de uso; conservação.
- Piso: material empregado; funcionalidade e segurança; conservação.
- Traçado dos caminhos: funcionalidade; largura; manutenção; desenho.
- Palco/coreto: funcionalidade; conservação; *design*; uso - freqüente, esporádico, sem uso; se compatível com o desenho da praça.
- Obra de arte (monumento, estátua, busto): significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça.
- Espelho d'água/chafariz: em funcionamento; se inserido ou não no contexto da praça; conservação.
- Estacionamento: conservação; sombreamento; segurança.
- Ponto de ônibus e de táxi: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.
- Quadra esportiva: quantidade; conservação; material empregado; com iluminação; cercada.
- Equipamentos para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade; material empregado; conservação.
- Estrutura para terceira idade: estruturas existentes; conservação.
- Parque infantil: brinquedos que o compõem; material empregado e cor; se em área reservada e protegida; conservação.
- Banca de revista: localização - periférica ou central, em evidência ou não; material empregado em sua construção; *design*; estética - se compatível com a praça.

- Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria,... -; higiene; estética; localização.
- Segurança: em função da localização, frequência de pessoas, policiamento e conservação.
- Conservação: estado geral da praça - equipamentos, estruturas, varrição, limpeza.
- Localização: se próximo ou distante de centros habitados; facilidade de acesso.
- Vegetação: estado geral; manutenção.
- Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies; criatividade; inserção do 'verde' no conjunto.
- Conforto ambiental: no presente item inseriu-se conjuntamente o conforto acústico, o conforto térmico, o conforto visual e a condição de tranquilidade. Os quesitos analisados foram: presença de agentes causadores de poluição sonora; localização; trânsito de veículos; relação entre área sombreada e não; impermeabilização da área da praça e seu entorno; e caracterização visual da praça e seu entorno.

Ficha 2 - AVALIAÇÃO QUALITATIVA

ESTRUTURAS AVALIADAS	NOTA	AUSÊNCIA
01. Bancos		
02. Iluminação alta		
03. Iluminação baixa		
04. Lixeiras		
05. Sanitários		
06. Telefone público		
07. Bebedouros		
08. Piso		
09. Traçado dos caminhos		
10. Palco/coreto		
11. Monumento		
12. Espelho d'água/chafariz		
13. Estacionamento		
14. Ponto de ônibus		
15. Ponto de táxi		
16. Quadra esportiva		
17. Equipamentos para exercícios físicos		
18. Estrutura para terceira idade		
19. Parque infantil		
20. Banca de revista		
21. Quiosque para alimentação e/ou similar		
22. Vegetação		
23. Paisagismo		
24. Localização		
25. Conservação/limpeza		
26. Segurança		
27. Conforto ambiental		

3.2. Levantamento quali-quantitativo da vegetação

O levantamento quantitativo da vegetação das praças deve ser feito mediante a contagem individual das espécies arbóreas e de palmáceas, sendo que as arbustivas e herbáceas (ou forrações) devem ter sua área medida. Os diferentes grupos vegetais devem ser classificados de acordo com o gênero e espécie a que pertencem, assim como a família botânica. Os dados coletados devem ser passados para a ficha 3. A avaliação qualitativa da vegetação já está contemplada no item anterior (estudo do mobiliário, estruturas e similares).

Ficha 3 – LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DA VEGETAÇÃO

CÓD.* ¹	NOME COMUM	NOME CIENTÍFICO	FAMÍLIA	N.º DE INDIVÍDUOS OU ÁREA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)	FOLHA	
						C* ²	P* ³

*1 – Av ⇔ árvore; Pa ⇔ palmácea; Ar ⇔ Arbusto; He ⇔ Herbácea (ou forração)

*2 – Caducifólia

*3 – Perenifólia

3.3. A inserção da praça na trama urbana

Uma cidade tem por espinha dorsal de sua estrutura as vias públicas, sendo que, de toda infra-estrutura urbana, é essa a primeira a se fazer presente (Zmitrowicz e Angelis Neto, 1997). Seus cruzamentos e interseções determinam não somente o fluxo de automóveis pela *urbe*, mas também o surgimento de logradouros públicos, no caso presente, as praças. Enquanto aquelas formam como que uma teia a unir pontos distantes, ora largas, ora estreitas, ora em desnível ou planas, as praças formam um conjunto espaçado como que a quebrar a monotonia das vias. A importância das vias públicas para as praças reside no fato de sua forma poder vir a ser definida por aquelas, determinando os diferentes tipos de configuração. É importante salientar que a importância do estudo da inserção da praça na trama urbana reside no fato de que seus contornos, definidos pelas vias públicas, acabam por definir não somente sua forma, mas também sua função.

Sitte (1992), ao abordar a influência das vias públicas na conformação das praças, diagnosticou três sistemas principais - o sistema retangular, o sistema radial e o sistema triangular -, e alguns secundários, decorrências daqueles. Na década de cinquenta Rigotti (1956) apresentou os primeiros estudos mais acurados sobre a inserção das praças na trama urbana, levando em consideração a presença e números de vias enquanto elemento estruturador desses espaços. É nesse contexto que o referido autor classifica as praças em quatro grupos: praças radiais (quando diversas vias confluem simetricamente ou não a um único foco no centro de um amplo espaço); em leque (são consideradas uma parte menor da anterior, onde a confluência em um ponto é limitada a poucas vias que partem em raios de um único setor); de junção tangencial (são as que permitem uma circulação giratória, a partir de uma única via que faz a circulação da mesma); e, de junção axial ou de atravessamento direto (a interseção ortogonal de duas vias propicia o aparecimento desse arquétipo).

Nossa proposição para o estudo das praças no Brasil, considerando-se os tipos mais usuais, consiste em:

- praças conformadas por uma única via resultam em praças redondas ou ovais, onde várias vias, geralmente em número de quatro, desembocam na mesma (figura 1);
- praças conformadas por duas vias propiciam três subtipos diferentes de conformar o espaço (figura 2):
 - subtipo (a) - Formado a partir de uma via que cruza uma segunda que, por sua vez, está circundando o espaço em questão. Essa interceptação de vias acaba por propiciar o aparecimento de uma praça descontínua, ou seja, há o surgimento de dois bolsões, criados em ambos os lado de uma das vias. Nesse caso, como resultado, tem-se uma praça circular bipartida;
 - subtipo (b) - esse subtipo propicia o aparecimento de praças que se comportam como “alças” dentro da trama urbana, visto serem formadas pela interceptação de uma via retilínea com outra que apresenta traçado semicircular;
 - subtipo (c) - o espaço se forma a partir de um ângulo resultante da interseção de duas vias, sem que estas interrompam a continuidade da praça; na parte posterior da praça encontram-se edificações.

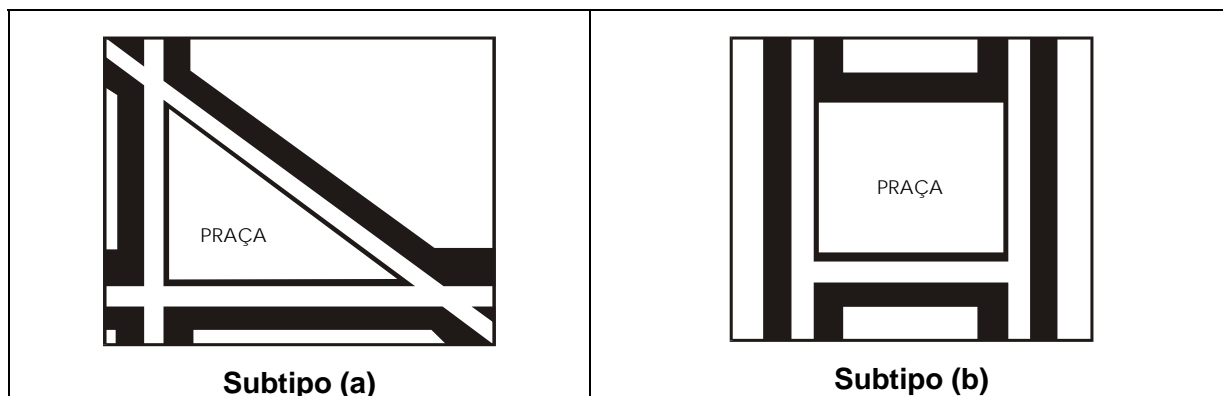


Figura 3 – Esquema de praças conformadas por 3 vias



Figura 4 – Esquema de praças conformadas por 4 vias

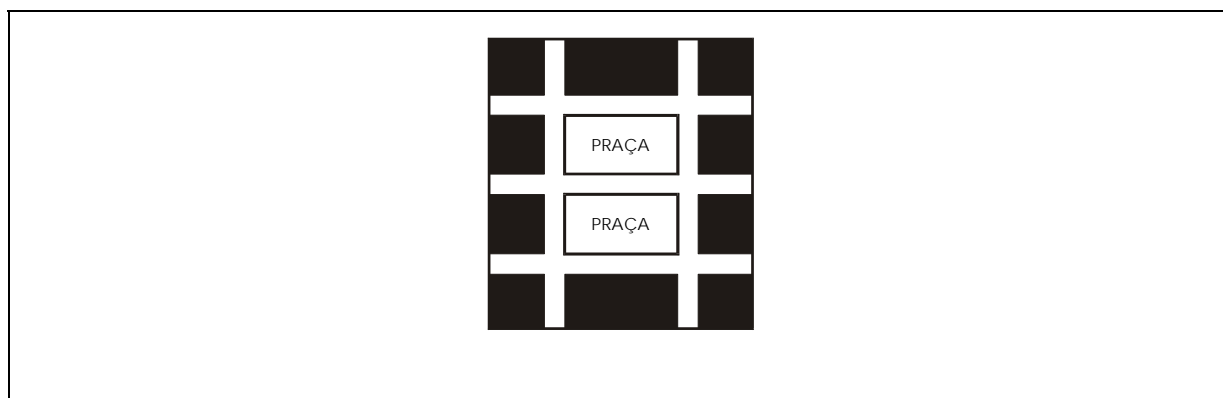


Figura 5 – Esquema de praças conformadas por 5 vias

3.4. Tipologia

O estudo da tipologia ou dos arquétipos das praças encontra em diversos autores trabalhos desenvolvidos. Enquanto Zucker (1959) classifica as praças em cinco arquétipos que vai da praça fechada em seu próprio espaço à praça envolvida por edifícios, ou ainda a praça amorfa onde seu espaço é indefinido, Sitte (1992), analisando a relação entre as praças e os seus edifícios circundantes, identifica duas categorias de praças: as de largura e as de profundidade. Por sua vez, para Moughtin (1992) há duas maneiras de se categorizar as praças: pela sua função e pela sua forma. Dodi (1946) propôs a seguinte tipologia para as praças, segundo suas funções: praça de igreja, praça de escola, praça cívica e representativa,

praça de mercado, praça de feira, praça da estação e praça para estacionamento de veículos. Rigotti (1956) propôs algo semelhante a que propunha Dodi (1946), porém enquadrando as praças em dois grandes grupos: de descanso e de circulação. Por sua vez, as praças de circulação dividem-se em praças de estacionamento para autos, praças de estação e praças para edifícios públicos. Já as praças de circulação comportam os seguintes subtipos: praças de mercado, de igrejas e palácios, de reunião e monumentais, e praças para espetáculos. Por sua vez, Matas Colom et al. (1983), em estudo desenvolvido sobre as praças de Santiago do Chile, não apresentam mudanças consideráveis no estudo da tipologia das praças. O autor classifica aquelas praças em quatro categorias: praça de significação simbólica, de significação visual, praça com função de circulação e praça com função recreativa. A praça com significação simbólica é um marco urbano que se recorda com clareza. É, quase sempre, de desenho monumental e se relaciona com algum acontecimento de importância nacional. A praça com significação visual é aquela que não se recorda por si, senão pelo monumento ou edificação, geralmente pública, que a define e ao qual ela está subordinada. A praça com função recreativa é aquela que se reconhece pelo desenvolvimento de atividades de entretenimento, passeio ou encontro. Por fim, a praça com função de circulação é aquela que, devido à sua localização, converte-se em um lugar de passagem obrigatória de veículos e/ou pedestres. É importante que se contextualize o momento em que se dá a caracterização da praça. Isso porque é provável que um estudo histórico ensinaria outra tipologia no passado, da mesma forma que no futuro poderia ser uma outra.

A partir da exposição teórica apresentada acima, e considerando-se as peculiaridades do Brasil, propomos a seguinte categorização: praça de igreja, de descanso e/ou recreação, de circulação, monumental e de significação visual.

3.5. Estudo da toponímia

É entendimento de Marx (1996) que o nome dos lugares lança luz sobre a evolução das cidades e abre novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral. A História demonstra a importância dos nomes que se dá aos logradouros públicos. Esses registram no tempo a evolução sócio-político de um lugar. São espelhos de uma época e, mutáveis que são, retratam a dinamicidade própria da evolução da *urbe*. De acordo com Dias (1998, p.7) “[...]é o esforço de perenização da memória de personagens e fatos da história local ou nacional”.

Tendo por parâmetro estudos histórico-lingüísticos desenvolvidos por Fernandes (1941), Cardoso (1961) e Dick (1997), é possível arrolar os topônimos em categorias ou referenciais, a saber: hiero-hagiotopônimo (estudo dos nomes sagrados), antropotopônimo (estudo do nome das pessoas), histo-sociotopônimo (estudo dos nomes, fatos e datas de caráter social e/ou histórico), fitotopônimo (estudo do nome das plantas), zootopônimo (estudo dos nomes dos animais) e os topônimos geográficos (estudo dos nomes dos lugares geográficos). O conhecimento e análise acurada dos topônimos das praças permite que se conheça a história desses espaços ao longo do tempo.

3.6. Enquete de opinião

Ouvir a opinião da população local com relação às suas praças é de fundamental importância, visto que, além de nesses espaços ocorrerem de forma ordenada determinadas atividades que visam o lazer da população nas suas diversas manifestações, tem-se ainda que a dinâmica do local é dada pelas relações que se estabelecem entre os frequentadores e o local/equipamento. Não basta haver a oferta de praças, é preciso, sobretudo, atentar para as características específicas de quem as demanda. Os usuários não só processam uma

“filtragem” quanto à significação de uma praça pública e de determinados equipamentos, como apresentam possibilidades e/ou disponibilidades para o desenvolvimento de determinadas atividades a partir de sua idade, sua situação social e cultural. Assim sendo, a enquete permite diagnosticar as características específicas dos usuários (e, se não usuário, porque não freqüente), onde os mesmos têm um papel de código na apreensão de seus comportamentos e atitudes frente a uma praça. Essa leitura por sua vez, permite detectar as possibilidades e limitações da utilização dos locais e dos equipamentos disponíveis.

QUESTIONÁRIO DA ENQUETE DE OPINIÃO

- 1. IDADE
- 2. ENDEREÇO RESIDENCIAL
- 3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO
- 4. RENDA FAMILIAR
- 5. ATIVIDADE OCUPACIONAL
 - TRABALHADOR (ATIVIDADE)
 - ESTUDANTE
 - APOSENTADO
 - DONA DE CASA
 - DESEMPREGADO
- 6. EM MÉDIA, QUANTAS HORAS VOCÊ TRABALHA POR SEMANA?
- 7. EM MÉDIA, QUANTO TEMPO VOCÊ DEDICA AO LAZER?
- 8. NOS SEUS DIAS DE FOLGA, NA MAIOR PARTE DAS VEZES, VOCÊ:
 - FICA EM CASA
 - SAI
- 9. QUANDO VOCÊ FICA EM CASA NOS DIAS DE FOLGA, O QUE MAIS FAZ (ATÉ 3 OPÇÕES)?
 - VÊ TV
 - LÊ
 - AFAZERES DOMÉSTICOS
 - ATIVIDADES LIGADAS AO TRABALHO OU ESTUDO
 - OUTROS
 - OUVI MÚSICA
 - DESCANSA APENAS
- 10. QUAIS LUGARES (ATÉ 3) VOCÊ COSTUMA FREQUENTAR NOS SEUS DIAS DE FOLGA?
 - CAMPO
 - CLUBE
 - PRAÇA
 - CASA DE PARENTES E/OU AMIGOS
 - PRAIA
 - CINEMA
 - PARQUE
 - SHOPPING
 - OUTROS
- 11. VOCÊ FREQUENTA ALGUMA PRAÇA?
 - SIM - QUAL (OU QUAIS)?
 - NÃO - POR QUÊ?

SE A RESPOSTA À PERGUNTA ACIMA FOR NEGATIVA, PASSE DIRETAMENTE PARA A DE N.º

18.

- 12. QUAL, OU QUAIS DIAS DA SEMANA VOCÊ VAI À PRAÇA?
 - DURANTE A SEMANA
 - DOMINGO
 - SÁBADO
 - FERIADOS
- 13. EM QUE PERÍODO VOCÊ VAI COM MAIS FREQUÊNCIA À PRAÇA?
 - MANHÃ
 - TARDE
 - NOITE
- 14. EM MÉDIA, QUAL É O SEU TEMPO DE PERMANÊNCIA NA PRAÇA?
- 15. QUAL, OU QUAIS, OS MOTIVOS QUE O LEVAM A UMA PRAÇA?
 - TOMAR SOL
 - CAMINHAR
 - LER
 - LEVAR CRIANÇA/FILHO PARA BRINCAR
 - DESCANSAR
 - PRATICAR ESPORTES
 - OUTROS
- 16. O QUE VOCÊ MAIS GOSTA E O QUE MENOS GOSTA NA(S) PRAÇA(S) QUE VOCÊ FREQUENTA?
- 17. O QUE VOCÊ ACHA NECESÁRIO MELHORAR NAS PRAÇAS QUE FREQUENTA?
- 18. QUAL É SUA OPINIÃO SOBRE AS PRAÇAS DE SUA CIDADE?

4. RESULTADOS

O que se espera como resultado, através da presente metodologia, é um mais acurado conhecimento das praças no Brasil. Conforme colocado anteriormente, embora contando com um sem número de praças, não há no país um critério que venha a ser balizador da forma de se avaliar uma praça. Não que com o presente trabalho pretende-se dar a última palavra sobre a temática. Pretende-se, sim, iniciar uma profícua discussão sobre a temática, visto os poucos estudos existentes e a complexidade desses espaços públicos. As informações levantadas de forma sistemática e dentro de padrões técnicos condizentes, propiciarão:

- conhecimento da real situação de cada um desses espaços;
- conhecimento do conjunto das praças de uma cidade;
- avaliar o grau de satisfação (ou insatisfação) da população com relação às praças;
- aquisição de informações que permitam a tomada de decisões para essas áreas públicas, consoante com as necessidades de cada bairro ou região de uma cidade.

5. CONCLUSÃO

O desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de praças permite o planejamento continuado de uma política urbana para o setor. A aplicação da presente metodologia enseja o acompanhamento e conhecimento de todo o universo de uma praça, assim como o conjunto delas. Além da análise quali-quantitativa pretendida, a praça é avaliada por quem, efetivamente, faz uso desse logradouro: a população. De posse dessas informações o planejador urbano tem uma visão clara sobre a situação das praças na cidade, levando-o a elaborar os projetos de implantação e/ou manutenção em consonância com os anseios da comunidade. Dessa forma será possível dispor desses espaços na *urbe* não somente como um fragmento ou retalho do desenho urbano, mas sim como um espaço onde o cidadão possa estar para vivenciar seu tempo com o lazer, ou simplesmente ficar na praça. Em assim sendo, a praça no Brasil estará cumprindo um pressuposto básico que advém dos tempos da Ágora grega, qual seja, um local de encontro, de sociabilização, de ver e ser visto. Para atingirmos esse objetivo, muito tem a se fazer, e o princípio, queremos crer, reside na conscientização da população quanto a importância desses espaços, seja do ponto de vista da qualidade ambiental como de vida.

6. REFERÊNCIAS

- Benevolo, L. História da cidade. São Paulo: Retrospectiva, 1993.
- Cardoso, A.L. Toponímia brasílica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.
- Cassetti, F.; Lietti, R. La piazza televisiva. In: Vitale, M.; Scafoglio, D. (orgs.). La piazza nella storia: eventi, liturgie, rappresentazioni. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1995. p. 225-233.
- Creus, M.Q. Espacios, muebles y elementos urbanos. In: Serra, J.M. Elementos urbanos: mobiliário y microarquitectura. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1997. p. 6-14.
- De Angelis, B.L.D. A praça no contexto das cidades – o caso de Maringá, PR. 2000. 366f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- Dias, R. A vida atrás das placas. Maringá M9, Maringá/PR, ano 1, n.10, p.7-11, fev. 1998.

- Dick, M.V.P.A. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1997.
- Dodi, L. Elementi di urbanistica. Milano: Cesare Tamburini, 1946.
- Favole, P. La plaza en la arquitectura contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 1995.
- Fernandes, X. Topônimos e gentílicos. Porto: Editora Educação Nacional, 1941.
- Lamas, J.M.R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1993.
- Marx, M. Cidade brasileira. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.
- _____. Apresentação. In: Dick, M.V.P.A. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996.
- Matas Colom, J.; Necochea Vergara, A.; Balbontín Vicuña, P. Las plazas de Santiago. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1983.
- Moughtin, J.C. Urban design: street and square. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1992.
- Mumford, L. A cidade na história: suas origens, desenvolvimento e perspectivas. 2. ed. Trad. Neil R. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- Reis Filho, N. G. Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500/1720). São Paulo: EDUSP, 1968.
- Rigotti, G. Urbanistica - la tecnica. 2. ed. Torino: Editrice Torinese, 1956.
- Robba, F.; Macedo, S. S. Praças brasileiras. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- Saldanha, N. O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica. São Paulo: EDUSP, 1993.
- Segawa, H. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- Sitte, C. A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Ática, 1992.
- Spirn, A.W. O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade. Trad. Paulo Renato Mesquita Pellegrino. São Paulo: EDUSP, 1995.
- Terra, C. G. Jardins públicos e sua importância no espaço urbano: Rio de Janeiro - século XIX. In: CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ARTE, 5. 1995, São Paulo - SP. Anais... v. 1. São Paulo, 1995. p. 97-101.
- Velasco, A. Ciudad y espacios verdes. Madrid: Servicio Central de Publicaciones/Ministerio de la Vivienda, 1971.
- Webb, M. The city square. London: Thames and Hudson, 1990.
- Zmitrowicz, W.; Angelis Neto, G. Infra-estrutura urbana. São Paulo: EDUSP, 1997 (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17).
- Zucker, P. Town and square: from the agora to the village green. New York: Columbia Press, 1959.